

## AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO BRASIL COLONIAL: AUSÊNCIA DE NARRATIVAS FEMININAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DURANTE O PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO

Female representations in colonial Brazil: absence of female narratives in brazilian historiography during the brazilian colonial period

Ione Soares de Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho apresenta algumas reflexões acerca da ausência da mulher no contexto da formação do Brasil colonial a luz da análise de diferentes discursos que procuraram normatizar a condição de inferioridade feminina no período analisado. Inicialmente contextualizou-se a representação feminina abordando os principais motivos que contribuíram para o silêncio acerca dos relatos históricos femininos na historiográfica brasileira. Logo após discutiu-se a respeito das causas desses silenciamentos a partir da abordagem de diversos autores. No segundo capítulo discorremos sobre a participação feminina em vários contextos sociais, que, no entanto, em grande parte foram ocultadas na escrita da história brasileira. Utilizou-se como fonte, bibliografias a respeito do assunto de modo a contribuir aos estudos deste tema. Para realização deste trabalho o procedimento metodológico utilizado foi de cunho bibliográfico. As considerações finais apontam que inerente ao estudo da história das mulheres, muito pouco do que foi produzido foi incluído nos registros históricos, e geralmente as poucas que aparecem geralmente à abordagem é secundária.

464

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres. Silenciadas. Historiografia. Colonial.

**ABSTRACT:** The present work presents some reflections about the absence of women in the context of the formation of colonial Brazil in the light of the analysis of different discourses that sought to standardize the condition of female inferiority in the analysed period. Initially, female representation was contextualized, addressing the main reasons that contributed to the silence about female historical reports in Brazilian historiography. Soon after, the causes of these silences were discussed based on the approach of several authors. In the second chapter, we discussed female participation in various social contexts, which, however, were largely hidden in the writing of Brazilian history. Bibliographies on the subject were used as a source to contribute to studies on this topic. To carry out this work, the methodological procedure used was of a bibliographic nature. Final considerations point out that inherent in the study of women's history, extraordinarily little of what has been produced has been included in the historical records, and generally the few that appear generally in the approach are secondary.

**KEYWORDS:** Women. Silenced. Historiography. Colonial.

---

<sup>1</sup> Especialista em Historiográfica Brasileira, (FAVENI) 2019. Professora efetiva da rede pública de ensino. E-mail: ionedh@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma breve reflexão sobre a produção historiográfica que apresenta como centralidade temática a ausência das mulheres nos acontecimentos históricos durante o período colonial brasileiro. Não pretendemos realizar um levantamento exaustivo desta produção acadêmica, mas temos em vista pontuar algumas questões que parecem fundamentais para o debate. Para tanto, propomos dois momentos de discussão. No primeiro momento procuramos compreender porque tantas mulheres foram silenciadas e quais as condições permitiram para que essas mulheres se tornassem invisíveis na historiografia brasileira. O segundo momento apresenta de forma sucinta a participação das mulheres em vários episódios relacionadas ao período referenciado e que foram importantes, porém pouca visibilidade fora dada a essas mulheres. Para elaboração deste trabalho foi utilizado o procedimento metodológico de cunho bibliográfico, com proposta reflexiva acerca do silenciamento feminino nas narrativas historiográficas brasileiras.

O período selecionado é compreendido como formação da história brasileira, e nos induz a investigar se houve participação das mulheres na construção das narrativas e de que forma contribuíram para história do Brasil. Entretanto, quando ocorrem debates sobre a mulher, emerge uma historiografia que traz à tona a imagem do feminino reconstruída a partir da ótica que a via presa a um tipo de representação, como um ser despossuído de identidade e reflexo do homem tendo em vista o caráter de submissão a que eram submetidas.

465

Procuraremos então evidenciar essas mulheres silenciadas pela história escrita pelos homens, em que milhares foram esquecidas porque se adequaram aos papéis que lhes cabiam.

## 2 Materiais e métodos

Para elaboração deste trabalho pretendemos investigar sucintamente a ausência histórica das mulheres no vasto cenário colonial e metropolitano do Brasil, para tanto foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, abarcando livros e artigos de periódicos acadêmicos como fontes, pois se trata do caminho mais adequado para análise do objeto de estudo desta proposta.

Quanto aos procedimentos à pesquisa será classificada como: bibliográfica, documental no formato de pesquisa.

Procuramos entender porque tantas mulheres foram silenciadas e quais as condições permitiram para que essas mulheres se tornassem apagadas da historiografia oficial para contribuir com essa discussão nos apoiaremos nos historiadores como Michelle Perrot, Paulo Rezzuti, entre outros, que possuem uma vasta pesquisa sobre a temática abordada neste trabalho.

### 3 Ausência de narrativas femininas na historiografia brasileira durante o período colonial brasileiro.

Ao refletir sobre as condições femininas no período denominado colonial, observamos que a historiografia faz emergir a imagem de uma mulher reconstruída a partir da ótica masculina, além de que em diversas obras são evidenciadas a supremacia determinada por uma sociedade tipicamente patriarcal. Certamente grande parte das mulheres estava subordinada ao poderio de seus pais e maridos, vistas como inferiores submissas e meras reprodutoras foram relegadas a elas apenas um papel secundário ou quase invisível no meio social. A historiadora Michelle Perrot (2005) em sua obra “As mulheres ou o silêncio da história” nos apresenta a seguinte ideia:

No que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo,” ou ao menos fora do acontecimento. (PERROT, 2005 p. 9)

Deste modo, ao longo da história a representação da imagem feminina sempre esteve associada apenas ao lar, limitando-se os papéis femininos desde o seu nascimento as dedicações domésticas, pois eram vistas como frágeis e subordinadas, consolidando assim a construção de uma identidade feminina. Neste sentido a autora Michelle Perrot nos diz que o tipo ideal de mulher que se naturalizou no imaginário popular é daquela que se submete que se cala que nunca se impõe e nem questiona sua condição, levando-a “uma incapacidade em comunicar-se ou uma ausência de um pensamento que foi destruído de tanta impossibilidade de se expressar” (PERROT, 2005, p. 9). Seguindo essa ideia a Michele Perrot complementa que a:

[...] postura normal é a escuta, a espera, o guardar as palavras no fundo de si mesmas. Aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Pois este silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escriturária” (PERROT, 2005, p. 10).

Vimos que esses conceitos foram se consolidando como próprios do ser feminino, como descrito por Perrot:

O silêncio é o comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada. Ele cai bem em seus rostos, levemente sorridentes, não deformados pela impertinência do riso barulhento e viril. Bocas fechadas, lábios cerrados, pálpebras baixas, as mulheres só podem chorar, deixar as lágrimas correrem como a água de uma inesgotável dor, da qual, segundo Michelet, elas “detêm o sacerdócio”. O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento.” (PERROT, 2005, p. 9).

Em nome dessa fragilidade construída e imposta as mulheres, pouco visibilidade possuíram enquanto sujeitos históricos. Foram diminuídas e inferiorizadas pela razão de serem mulheres, tendo em vista uma cultura social que sempre privilegiou os homens em detrimento das mulheres.

Conforme Perrot (1998) ao longo da história o espaço privado sempre foi considerado apropriado para as mulheres, delineou-se que as atividades femininas estavam ligadas ao ambiente doméstico, às atividades menos prestigiosas, tais como os cuidados do lar e dos filhos, negando-lhes uma cidadania social e política, vivendo num espaço predominantemente conservador.

A representação da mulher nascida para ser mãe, esposa e cuidar do lar atravessou a espessura das dimensões do tempo tornando-se um poder estruturante da sociedade. Limitou-se o espaço público como lugar exclusivamente masculino e o espaço privado como local favorável às mulheres.

Temia-se a atuação feminina nos assuntos da cidade, principalmente na política, que era considerada uma atividade masculina e conseqüentemente um ofício dos homens, negando-lhes uma cidadania social e política. As mulheres foram [...] “excluídas de qualquer exercício de função política nas câmaras municipais, na administração eclesiástica, proibidas de ocupar cargos da administração colonial que lhes garantissem reconhecimento social” (DEL PRIORI, 2006, p. 120).

O que se mostra evidente na sociedade patriarcal é a construção da diferença entre o masculino e o feminino, uma visão moralista de que o homem pertence ao convívio social, ao âmbito público e a mulher ao ambiente privado, cabendo a elas a responsabilidade de cuidar dos afazeres domésticos, da educação dos filhos, funções estritamente ditas como femininas. 467

Stuart B. Schwartz (2004) acrescenta que havia na sociedade brasileira o que o autor chame de vexame do sexo. Os brasileiros compartilhavam das atitudes europeias típicas da época com relação às mulheres, mas de forma mais intensa que até causara espanto em seus vizinhos espanhóis. “Em teoria, as mulheres deviam ser protegidas e excluídas dos negócios do mundo e esperava-se que devotassem a vida de filha obediente, esposa submissa e mãe dedicada” (SCHWARTZ, 2004, p. 417).

Além da lógica patriarcalista que se firmou nas estruturas sociais, o controle social feminino estabeleceu-se ainda sobre a autoridade religiosa, que oferecia os argumentos ideológicos que davam sustentação à forma de controle sobre a sociedade. Del Priore (2006) afirma que: “A todo-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina. O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e, portanto, cabia a ele exercer a autoridade”. (DEL PRIORI, 2006, p. 37). A igreja reforçava a construção da diferença entre homem e mulher, acentuando os conceitos de dominação e vulnerabilidade.

Segundo Del Priori (2006):

A mulher estava condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea, que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca. Já que a mulher partilhava da essência de Eva, tinha de ser permanentemente controlada” (DEL PRIORI, 2006, p. 37).

O discurso da igreja associava toda mulher a Eva, símbolo do pecado que levou toda a humanidade a perdição, desta forma era preciso normatizar os comportamentos femininos em geral e especialmente definir um código moral de conduta. “Várias instituições foram criadas na sociedade colonial para ajudar assegurar o cumprimento das normas de comportamento esperadas pelas mulheres de “boa família.” (SCHWARTZ, 2004, p. 417, grifo do autor). Por isso, as mulheres viviam sob rígidas regras que lhes eram impostas na sociedade colonial brasileira, era preciso controlar os males que poderiam disseminar por todos os lados, para isso era preciso domesticá-las, adestrá-las, dominá-las, o que denota extrema opressão social sobre a mulher no referido período.

Essa parcela de mulheres apagadas representa personagens anônimos de uma história fundamentada na dominação versus submissão e mostrou que ela não é natural, mas construída cultural e historicamente.

Portanto, pretendemos refletir no próximo tópico se houve a participação das mulheres em outras esferas que escapam do sentindo de dominação e dos princípios religiosos. Para isso, procuraremos compreender as representações acerca do papel social desempenhado pelas mulheres no contexto da sociedade brasileira durante o período colonial.

### 3.1 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL

Neste tópico pretendemos investigar ligeiramente a presença histórica das mulheres no Brasil enquanto colônia, retomando algumas trajetórias a fim de demonstrar a participação feminina em outras esferas sociais que a historiografia ocultou ao longo do tempo, ou que tiveram suas histórias narradas parcialmente.

Sobretudo, este trabalho é impulsionado no intuito de provar que as mulheres são capazes enquanto sujeito histórico, de fazerem a história, que lutaram contra inúmeras manifestações de poder, e que merecem ocupar lugar na memória social tanto quanto os homens. Denota-se uma forte preocupação em resgatar a presença de mulheres como agentes de transformação em outras esferas além do lar, mostrar como foram capazes de questionar, na prática, os discursos religiosos e os falsos conceitos arraigados e elaborados para justificar sua inferioridade intelectual, mental em relação aos homens.

Para explorar essa questão das mulheres enquanto personagens silenciadas pela historiografia, apoiaremos na obra de Paulo Rezzuti “A história não contada” que resgata a história de várias mulheres

no referido período que tiveram suas histórias alteradas, distorcidas para se encaixarem em um discurso patriarcal.

No que diz respeito ao Brasil colônia, as mulheres foram fundamentais para a construção do novo mundo. Conhecer as mulheres coloniais faz emergir parte da história do Brasil que por muito tempo ficou escondida e trazem enorme contribuição para a desconstrução das imagens tradicionais das mulheres como passivas e incapazes de racionalidades e de decisões importantes no meio social.

Desse modo, descobre-se um mundo totalmente diferente ao ir além do que a História Oficial acentua.

Ao se tratar das mulheres indígenas segundo recentes pesquisas realizadas pelo historiador brasileiro Paulo Rezzuti (2018), são registradas pela história geralmente aquelas que se sobressaíram como matriarcas, fruto de uma união com o homem branco que as retirou do anonimato que recobre todas as demais mulheres nativas. Houve ainda aquelas que se sobressaíram por possuírem atitudes que eram consideradas para o europeu como masculinas, tais como a caça, guerra, intermediação entre os brancos e os índios, liderança política ou religiosa. Ou ainda aquelas que se tornaram conhecidas no início da colonização, porque eram filhas de alguém e abandonaram esse status para tornarem-se esposas de alguém.

As mulheres indígenas que se destacam, basicamente, são as que rompem com a tradição do seu povo e passam a viver de acordo com o padrão da civilização imposta pelos europeus. Ou, ao menos, essa teria sido até hoje a história contada sobre elas. (REZZUT, 2018, p. 36)

Porém, Rezzuti (2018) afirma que nem sempre ocorria o matrimônio entre as mulheres indígenas com os portugueses, pois houve intensos conflitos entre esses dois grupos. “Algumas poucas índias surgiram como guerreiras lutando contra os brancos, como Ingaí, caeté que viveu no litoral de Pernambuco e teria morrido em 1535. Ela lutou bravamente junto com sua tribo contra os colonizadores.” (REZZUT, 2018, p. 38). No entanto, mulheres como Ingaí são ocultadas pela história, apesar da ousadia e coragem que tiveram no combate a colonização portuguesa no Brasil colonial.

No aspecto político há também a participação de mulheres que administraram capitânicas hereditárias, entre as que prosperaram no Brasil, três foram administradas por mulheres. “Geralmente fala-se dos “donatários”, dos “governadores” delas, mas nunca das “governadoras” que existiram nas capitânicas de Nova Lusitânia, São Vicente e Espírito Santo” (REZZUTI, 2018 p. 44. grifo do autor).

Entre as primeiras governantes do Brasil, o historiador Paulo Rezzuti (2018) destaca D. Brites de Albuquerque, nobre portuguesa, esposa de Duarte Coelho, donatário da capitania de Nova Lusitânia em Pernambuco. O casal teria chegado ao Brasil em meados do século XVI para tomar posse das terras

doadas pelo rei de Portugal. Por motivos administrativos, Duarte Coelho, retorna a Portugal acompanhado pelos dois filhos do casal, e lá o governador acabou falecendo.

Com a morte do marido, e a ausência dos filhos que estudavam em Portugal e não retornaram imediatamente ao Brasil, coube a Brites assumir como governadora da capitania até que seu filho primogênito Duarte Coelho de Albuquerque pudesse assumir seu posto. Doze anos depois, o filho mais velho de Brites juntamente com seu irmão, Jorge Coelho, regressaram novamente para Portugal e pereceram em uma batalha. Na ausência dos filhos, Dona Brites outra vez assume o comando das terras pernambucas até a sua morte. Durante seu governo, coube a ela, junto com o irmão, a defesa e o combate aos índios hostis que queriam deter o avanço dos portugueses. (REZZUTI, 2018, p. 46)

Brites durante seu governo manteve a ordem e a paz da capitania de Pernambuco, combatendo as revoltas indígenas, legislando e controlando os assuntos dos colonos, construindo e urbanizando núcleos, como Olinda, assegurou a estabilização e o progresso de uma das capitanias que mais prosperou no Brasil.

A segunda mulher a administrar uma capitania e a quem Paulo Rezzuti (2018) confere visibilidade em sua obra é d. Ana Pimentel que teve grande importância na construção do Brasil colonial. Casada com o nobre português Martim Afonso de Sousa, que na função de capitão-mor deveria encarregar-se das funções administrativas na capitania de São Vicente. Posteriormente, Martim Afonso assumiu o cargo de capitão-mor da armada da Índia.

Com a ausência do marido, d. Ana Pimentel foi feita procuradora dele em 3 de março de 1534. 470  
Com isso, passou a governar a capitania de São Vicente, que na época incluía não apenas o que conhecemos hoje como São Paulo, mas também o Rio de Janeiro.

Ela tomou diversas decisões abriu as portas para o alargamento das fronteiras dos domínios portugueses no Novo Mundo. Pelo alvará de 11 de fevereiro de 1544, d. Ana Pimentel revogou uma ordem anterior do marido, permitindo a entrada dos colonos portugueses no campo de Piratininga. Ou seja, passava a ser permitida a colonização serra acima na capitania de São Vicente, o que possibilitou a expansão portuguesa além do litoral. A cidade de São Paulo seria fundada dez anos depois.” (REZZUT, 2018, p. 47)

Durante administração da capitania d. Ana Pimentel providenciou, entre outras coisas, o cultivo de laranja, do arroz, do trigo e também a criação de gado, elementos estes que ainda não existiam na região, trazendo grande importância na construção do Brasil colonial. Entretanto de acordo com SCHUMACHER e BRAZIL (2000):

O papel de Ana Pimentel na administração da capitania não mereceu da história oficial o reconhecimento devido e os méritos recaem geralmente sobre seu marido, que é um dos primeiros nomes que os livros de história lembram como tendo grande importância na construção do Brasil colonial. (SCHUMACHER e BRAZIL, 2000, p. 64)

Já na capitania do Espírito Santo, o historiador Paulo Rezzuti (2018) destaca d. Luísa Grimaldi. Casada com Vasco Fernandes Coutinho Filho, segundo donatário do Espírito Santo, o casal chegou ao Brasil por volta de 1534. D. Luísa ficou viúva e assumiu o governo da capitania. Além da defesa da terra contra os indígenas, d. Luísa teve de enfrentar o corsário inglês Thomas Cavendish, que já havia saqueado diversas vilas do litoral. Com auxílio de Miguel de Azevedo e por meio de uma aliança com o cacique Jupi-açu, conseguiu fortificar Vitória e atacar os corsários que nessas terras tentaram desembarcar. D. Luísa foi quem incentivou a vinda de religiosos para o Espírito Santo, entre eles, estava os franciscanos, a quem doou o morro das Palmeiras, onde ergueu o Convento da Penha, um dos mais importantes exemplos de arquitetura religiosa colonial.

A mulher como já referimos, sempre foi retratada no papel de mãe, esposa, filha e do lar. “D. Leopoldina, por exemplo, [...] encaixa-se nesse modelo [...]. Quando ela aparece, se aparece, é mencionada como sendo mãe de d. Pedro II e esposa de d. Pedro I. nenhuma palavra é dita a respeito do seu papel no processo de independência”. (REZZUTI, 2018 p. 12). Entretanto, muitas mulheres demonstraram que serviam para outras funções além dos afazeres do lar. “Na verdade, muitas mulheres, em sua viuvez ou por abandono, assumiram o papel de chefe da casa. Era possível encontrar mulheres donas de engenho, lavradoras de cana e proprietárias de imóveis urbanos” (SCHWARTZ, 2004, p. 418). Schwartz afirma que “de fato, o papel das mulheres na sociedade colonial era mais complexo do que é em geral retratado” (SCHWARTZ, 2004, p. 418). Percebe-se que a invisibilidade feminina foi constante durante o período colonial. No entanto, o cotidiano feminino na sociedade era mais ativo, do que aquele que por muito tempo foi apresentado. Porém, muitas dessas mulheres mantiveram-se, anônimas para a historiografia, somente nos últimos anos inúmeras pesquisas têm-lhes dado visibilidade.

#### 4 Conclusão

Nesta pesquisa buscou-se analisar as representações sociais femininas durante o período colonial brasileiro, recuperando datas e episódios, reunindo elementos de sua trajetória no campo social. Apesar das normatizações impostas sobre as mulheres durante o período supracitado as mulheres demonstraram que serviam para mais do que só parir e rezar. O processo de adestramento pelo qual as mulheres passaram no período colonial foi marcado por intensa repressão às suas vontades próprias. As mulheres, como nas demais sociedades patriarcais, viviam sob o controle direto dos homens e da igreja independente da etnia ou classe social. Porém os julgamentos de inferioridade associados a Eva, poço de pecados, causa da perdição e tantos outros adjetivos, não foram suficientes para silenciar e conter essas mulheres que romperam os processos de dominação e submissão.

Estudar os papéis exercidos pelas mulheres nesse período de formação do Brasil possibilitou ter acesso a uma parte importante da nossa memória, das origens que nos constituíram enquanto sociedade, porque pouco ou nada conhecemos sobre figuras como Ingai, Ana Pimentel, Brites, Luiza Grimaldi e outras mais que participaram tão ativamente de acontecimentos políticos tão relevantes na história do Brasil e que foram ocultadas pela historiografia.

Após a análise percebe-se que, muito pouco do que foi produzido sobre as mulheres, foram incluídas nos registros históricos oficiais, essas figuras ainda não aparecem e as poucas que aparecem geralmente têm um espaço secundário, como visto, antes vem representada a figura masculina. Assuntos e mulheres não faltam para serem abordados e discutidos, entretanto a abordagem é secundária.

## Referências

- DEL PRIORE, Mary. (Org). **História das mulheres no Brasil**. 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_, BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**: 8. ed. – São Paulo: Contexto, 2006
- \_\_\_\_\_. (Org). **História das mulheres no Brasil**. 10ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.
- PERROT Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP, 2010.
- REZZUTI, Paulo, 1972- **Mulheres do Brasil: a história não contada**/ Paulo Rezzuti. - Rio de Janeiro: LeYa, 2018. Disponível em: <<https://play.google.com/books/reader?id=pg=GBS.PT18>>. Acesso em: 14/08/2019.
- SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SCHWARTZ, Stuart B. **O Brasil Colonial; 1580-1750**: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina. América Latina colonial. Vol. 2. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. 1ª. reimpressão, São Paulo: Edusp & Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004.